

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 37 - VIOLENCE AND RESISTANCES OF RURAL, FOREST,
AND WATER WOMEN: CHALLENGES, EXPERIENCES, AND GLOBAL
PERSPECTIVES

**SYMBOLIC VIOLENCE AND RURAL SUCCESSION: A LEGAL-
SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF GENDER INEQUALITIES**

Bruna Verônica Rech Machado Da Silva (veronica.machado@acad.ufsm.br)

Everton Lazzaretti Picolotto (everton.picolotto@ufsm.br)

Bruno Mello Correa De Barros Beuron (brunomellocbarros@gmail.com)

O trabalho analisa as transformações do Direito de Família e das Sucessões no Brasil a partir de uma perspectiva jurídico-sociológica, com foco nos impactos dessas mudanças sobre as mulheres no meio rural, especialmente no contexto da agricultura familiar. Parte-se do entendimento de que o Direito de Família é um dos ramos do Direito Privado que mais reflete as transformações da moral, dos costumes e das disputas em torno da igualdade de gênero, sendo o regime de bens e a sucessão espaços privilegiados de reprodução de desigualdades simbólicas. O objetivo é examinar a evolução normativa desde o Código Civil de 1916, passando pelo Código Civil de 2002, até as propostas de reforma contidas no Projeto de Lei nº 4/2025, analisando de que forma tais dispositivos

incidem sobre a autonomia patrimonial feminina, a sucessão causa mortis e inter vivos e a permanência das mulheres em seus territórios. Argumenta-se que, embora os avanços legislativos tenham ampliado formalmente a igualdade entre cônjuges, persistem práticas sociais e familiares marcadas pelo patriarcado que limitam o reconhecimento das mulheres como sucessoras legítimas da terra. Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa, com método dedutivo, análise documental comparativa dos textos legais e análise de conteúdo, articulada a um referencial da sociologia rural e dos estudos de gênero (Carneiro, 2001; Paulilo, 2004; Spanevello; Lago, 2008; Bueno; Santos, 2024). Também sinaliza o uso da noção de violência simbólica, em Pierre Bourdieu, para compreender como normas jurídicas e costumes familiares se naturalizam e acabam legitimando a exclusão das mulheres da sucessão da terra. Conclui-se que a ampliação da autonomia testamentária proposta pelo PL nº 4/2025, embora apresentada como modernização legislativa, pode reforçar mecanismos sutis de dominação simbólica no meio rural, aprofundando desigualdades de gênero e evidenciando a necessidade de resistências jurídicas, sociais e políticas que assegurem a permanência das mulheres na terra.

Palavras-chave: violência simbólica; sucessão rural; desigualdade de gênero; mulheres em áreas rurais; direito de família.